



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2019**

PLE 238/2018

Educação e Cultura
Cultura



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

PLE Nº 238/2018

Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural

Proponentes

Marco Aurélio Faria Coelho – Associação Emcantar Arte, Educação, Cultura e Meio Ambiente (Araguari) / Maria Magdalena Rodrigues da Silva – Sindicato dos Artistas de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated/MG (Belo Horizonte) / Lara Gontijo de Castro Souza – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Belo Horizonte) / José Augusto Francisco Pereira – Federação de Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha (Itaobim) / Sula Kyriacos Mavrudis – Rede de Apoio ao Circo (Belo Horizonte) / Jefferson Bispo Pereira – Associação Mineira das Escolas Família Agrícola – Amefa (Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2018&n=238&t=PLE>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 238 sugeriu as seguintes alterações no Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural:

- Na Ação 4345 – Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos:
 - adequar e reformar prédio para instalação da Casa dos Artistas de Minas Gerais, no Município de Belo Horizonte, mediante acréscimo de um projeto cultural apoiado à meta física e de R\$200.000,00 à meta financeira do Território Metropolitano;
 - implementar o Centro de Referência do Circo, no Município de Belo Horizonte, mediante acréscimo de um projeto cultural à meta física e de R\$200.000,00 à meta financeira do Território Metropolitano;
 - implantar centro cultural no Município de Araguari, mediante acréscimo de um projeto cultural apoiado à meta física e de R\$300.000,00 à meta financeira do Território Triângulo Norte;
 - reformar a estação ferroviária Minas-Bahia, do Município de Araçuaí, e dar manutenção ao equipamento, mediante acréscimo de um projeto cultural à meta física e de R\$300.000,00 à meta financeira do Território Médio e Baixo Jequitinhonha;
 - construir o primeiro Museu de Minas Gerais de Carros e Objetos de Época, sob a responsabilidade do Instituto Cultural de Artigos e Carros de Época – Icace –, mediante acréscimo de um projeto cultural à meta física e de R\$250.000,00 à meta financeira do Território Metropolitano;
 - garantir a acessibilidade aos equipamentos e às ações culturais realizadas no Estado, assegurando a inclusão das pessoas com deficiência nos eventos e atividades culturais.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_documento.html?a=2018&n=238&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C%3%87%20C%3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180023803585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Emenda ao PPAG e À LOA:**
 - Ação 4345 – Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos:
 - acréscimo de meta física e financeira no Território Metropolitano para a implantação do Centro de Referência do Circo (R\$150.000,00) e da Casa dos Artistas (R\$ 200.000,00), em Belo Horizonte. (despesas de capital)
- **Requerimentos:**
 - À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para a análise de viabilidade das seguintes medidas necessárias para a garantia do direito ao acesso à cultura para pessoas com deficiência: presença de guias intérpretes para atendimento de surdos-cegos; tradutor-intérprete de libras para atendimento de surdos e profissionais brailistas para atendimento de cegos em atividades culturais realizadas com participação do governo do Estado; reserva de assento para pessoas com deficiência próximo ao tradutor de libras, para assegurar o acompanhamento adequado do evento ou atividade cultural.
 - À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para que analise a viabilidade de convidar os proponentes das sugestões e projetos a seguir relacionados para discutir a melhor forma para seu encaminhamento e, eventualmente, viabilizar parcerias e convênios destinados à execução de cada uma dessas propostas, inclusive, se for o caso, por meio de assessoria técnica para formatação e apresentação de projetos no âmbito dos editais de fomento e incentivo à cultura do Estado: implantação de um centro cultural no Município de Araguari, dotando o município de equipamento cultural com infraestrutura adequada ao atendimento das demandas de produção artística de artistas e grupos culturais; reforma e manutenção da estação ferroviária Minas-Bahia do Município de Araçuaí, cujo prédio sedia a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha – Fecaje; construção do primeiro Museu de Minas Gerais de Carros e Objetos de Época, sob a responsabilidade do Instituto Cultural de Artigos e Carros de Época – Icace.
 - À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para garantir que a execução da política pública de cultura seja orientada para a garantia da acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme a moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.

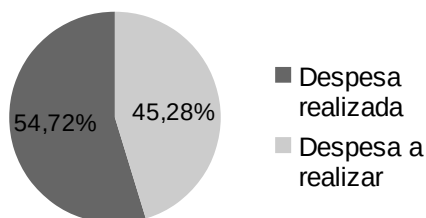
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=238&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180023803585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 29 de março de 2019.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 238/2018

Visão geral da execução financeira do Programa 138 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – Jan/Agosto 2019

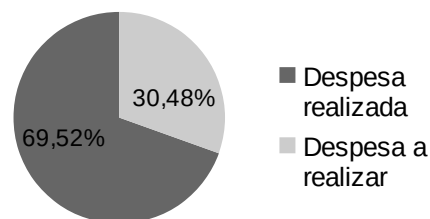
Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

PROGRAMA 138



Despesa realizada	R\$ 17.489.802,28
Despesa a realizar	R\$ 14.472.236,68

AÇÃO 4345



Despesa realizada	R\$ 13.458.281,10
Despesa a realizar	R\$ 5.901.718,90

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan/Agosto 2019

AÇÃO: 4345 – REFORMA, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E GRUPOS

FINALIDADE: IMPLANTAR, REFORMAR, MODERNIZAR, PRESERVAR E MANTER ESPAÇOS E GRUPOS CULTURAIS GERIDOS POR ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS E MUNICÍPIOS, VISANDO FORTALECER IDENTIDADES CULTURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
19.400.000,00	19.360.000,00	13.458.281,10	69,52	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Políticas Públicas ao Seu Alcance. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
238	11.810	À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para a análise de viabilidade das seguintes medidas necessárias para a garantia do direito ao acesso à cultura para pessoas com deficiência: presença de guias-intérpretes para atendimento de surdos-cegos, tradutor-intérprete de	Sim	A Secretaria de Estado de Cultura informou que a Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário enaltece a importância de medidas de acessibilidade por

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
		<p>libras para atendimento de surdos e de profissionais braillistas para atendimento de cegos em atividades culturais realizadas com participação do governo do Estado; reserva de assento para pessoas com deficiência próximo ao tradutor de libras, para assegurar o acompanhamento adequado do evento ou atividade cultural.</p>		<p>acreditar que só se realiza democratização de acesso quando se praticam ações e oferecem serviços totalmente inclusivos. Sobre intérprete de libras, por dois anos seguidos, foram previstos recursos para contratação de 20 horas desse serviço para participar de algumas das atividades culturais realizadas na instituição. Foram privilegiadas ações de contações de histórias, palestras e seminários para distribuição da utilização das horas. Em 2017, houve recursos, mas não apareceram interessados em realizar o serviço e, em 2018, não foi possível manter o valor no PPAG devido ao contingenciamento. Foi tentado, via Diretoria de Pessoal da Seplag, mapear alguns servidores com deficiência auditiva para trabalhar na SUBSL, mas não se obteve sucesso. Em todas as ações realizadas com intérpretes de libras, os lugares próximos ao tradutor são naturalmente reservados às pessoas surdas. Sobre profissionais braillistas, a subsecretaria tem dois servidores cegos, lotados no setor Braille, que dão o suporte necessário para as ações da Biblioteca. São medidas de extrema importância para que todas as atividades da Biblioteca garantam acessibilidade a todo tipo de público. Oferecer cursos de capacitação regulares e ter pessoas com deficiência nas equipes ajudam muito no rompimento de barreiras atitudinais, de comunicação e também na garantia de acesso pleno aos equipamentos culturais.</p>
238	11.812	<p>À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para que analise a viabilidade de convidar os proponentes das sugestões e projetos a seguir relacionados para discutir a melhor forma para seu encaminhamento e, eventualmente, viabilizar parcerias e convênios destinados à execução de cada uma dessas propostas, inclusive, se for o caso, por meio de assessoria técnica para formatação e</p>	Sim	<p>A Secretaria de Estado de Cultura informou que o incentivo fiscal à cultura é um mecanismo de apoio à produção cultural do Estado para o incentivo à execução de projetos artístico-culturais, por meio de dedução do Imposto de Circulação de</p>

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
		<p>apresentação de projetos no âmbito dos editais de fomento e incentivo à cultura do Estado: implantação de um centro cultural no Município de Araguari, dotando o município de equipamento cultural com infraestrutura adequada ao atendimento das demandas de produção artística de artistas e grupos culturais; reforma e manutenção da estação ferroviária Minas-Bahia, do Município de Araçuaí, cujo prédio sedia a Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha – Fecaje; construção do primeiro Museu de Minas Gerais de Carros e Objetos de Época, sob a responsabilidade do Instituto Cultural de Artigos e Carros de Época – Icaace.</p>		<p>Mercadorias e Serviços – ICMS –, a partir do faturamento da empresa patrocinadora. Faz, portanto, a interlocução entre o empreendedor e o incentivador, aproximando produtores, artistas, investidores e público e contribuindo para dinamizar e consolidar o mercado cultural em Minas Gerais. Os projetos contemplados podem envolver eventos, festivais, seminários, oficinas, bolsas de estudo dos diversos segmentos culturais.</p> <p>O FEC tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento cultural por meio do repasse direto de recursos, sem necessidade de captação junto a empresas, e contempla, de uma forma geral, manifestações da cultura popular, pequenas entidades, grupos e coletivos, tendo uma visão mais voltada ao interior do Estado.</p> <p>Ambos os mecanismos funcionam por meio de chamamento público para análise e aprovação de projetos. Ressalta-se que a legislação mineira de fomento e incentivo à cultura foi alterada pela Lei nº 22.944, de 2018, e pelo Decreto nº 47.427, de 2018. Nesse sentido, as normas vigentes para inscrição de projetos constam na Resolução nº136. Destaca-se, ainda, que a acessibilidade e a democratização do acesso é um dos critérios observados na análise dos projetos culturais inscritos.</p>
238	11.818	<p>À Secretaria de Estado de Cultura, pedindo providências para garantir que a execução da política pública de cultura seja orientada para a garantia da acessibilidade para pessoas com deficiência, conforme a moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.</p>	Sim	<p>A Secretaria de Estado de Cultura informou que o trabalho em acessibilidade e inclusão na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais já existe há mais de 50 anos, desde a criação do setor Braille, em 1965. O setor trabalha pela oferta de acesso irrestrito à cultura e à informação às pessoas com deficiência visual. O trabalho para garantir atendimento a todos os tipos de deficiência em suas ações culturais e no atendimento aos</p>

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
				<p>serviços básicos oferecidos foi intensificado após a Biblioteca ser contemplada, em 2014, pelo Edital de Acessibilidade da Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Há atividades específicas para o setor Braille planejadas e que são contabilizadas pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan – para o cumprimento de metas preestabelecidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. Para a realização das ações, conta-se com a formação de parcerias que permitem desenvolver as atividades, pois não há recursos previstos para sua execução.</p> <p>A Biblioteca ainda participa da Rede de Leitura Inclusiva e também tem representantes no Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência e no Movimento Unificado de Deficientes Visuais – Mudevi. A Secretaria enfatizou a importância de que se tenha recursos previstos no PPAG para a ampliação do acervo acessível, e das atividades de incentivo à leitura, assim como à aquisição de equipamentos que garantam às pessoas com deficiência pleno acesso à leitura.</p>

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 18 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o [site Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Cultura](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.